

De Gramsci a Ianni: condições histórico-estruturais para a emergência do “intelectual jornalista”

Fábio Henrique Pereira*

Índice

1 A sociedade e os intelectuais	2
2 Do Moderno Príncipe ao Príncipe Eletrônico	4
3 O jornalista como o intelectual midiático	5
4 Conclusão: novas perguntas, novas formas de entender o jornalista e seu trabalho	7
5 Referências bibliográficas	7

Resumo

Neste artigo buscamos situar os jornalistas como uma categoria de intelectuais orgânicos que desempenham funções de hegemonia social dentro das instituições midiáticas. Partimos, portanto, da noção gramsciniana de intelectuais, responsáveis por dar coesão e homogeneidade aos grupos sociais. Destacamos a relevância social da mídia, o “príncipe eletrônico”, capaz de estabelecer um horizonte de referências culturais e modificar a estrutura da pauta cotidiana por meio da

*Jornalista, doutorando e professor pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador filiado ao Centre de Recherches sur l’Action Politique en Europe (Crape). Este artigo foi apresentado durante o II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SPBJor). Salvador, novembro de 2004.

construção de uma realidade que vai além da representação. Como intelectuais, os jornalistas garantem universalidade ao discurso midiático, articulando uma concepção integral do mundo que é transmitida às massas numa relação de proximidade calcada no ideal do interesse público.

Introdução

O estudo do jornalismo enquanto profissão e instituição social tem se mostrado extremamente problemático. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer a imprecisão do termo ‘jornalista’ para definir uma multiplicidade de funções desempenhadas em diferentes meios de comunicação. A profissão de jornalista é também condicionada pelo contexto social e evolui historicamente. Por isso, “jamais a categorização *do* ou *da* jornalista dirá muita coisa sobre a profissão, suas mudanças e dilemas” (Marcondes Filho, 2000: 53).

Para Denis Ruellan (1993), a fluidez nas fronteiras que delimitam o status do jornalista se constituiria no principal elemento de definição profissional. Por isso, o jornalismo seria uma profissão *du flou*¹, turva, sem limites precisos. Essa fluidez, segundo ele, se-

¹ Segundo a professora Zélia Adghirni, a palavra

ria um amálgama fundamental na supressão e redução dos antagonismos inerentes à profissão. “Fundamentalmente o jornalismo não é uma profissão fechada, de fronteiras estabelecidas (...) ele se move dentro de um espaço de limites fluidos, de práticas híbridas, às margens de áreas vizinhas que lhe transferem algumas práticas e concepções, em troca deste jornalismo” (Ruellan, 1997: 124)².

Essa imprecisão também se manifesta quando analisamos as diferentes representações que o discurso sobre a profissão assume na sociedade. O jornalista é, ao mesmo tempo, funcionário de uma empresa capitalista, responsável pela produção de uma mercadoria (a notícia) submetida às leis de mercado; e uma espécie de contra-poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público. O choque entre essas diferentes visões condiciona uma identidade profissional conflitante, cuja evolução se forma a partir de um duplo discurso “em que se entrecruzam a fala humanista e a fala tecnológico-metodológica” (Ribeiro, 1994: 195).

Todas essas dificuldades conceituais se agravam ainda mais com as alterações sofridas pelos meios de comunicação em decorrência dos fenômenos de digitalização, globalização e convergência entre suportes e pelo processo de hibridação de gêneros

flou é bastante utilizada em fotografia e remete à idéia de ausência de nitidez.

² Livre tradução de: “fondamentalment, le journalisme n’est pas une activité fermée, aux frontières établies (...) il se meut dans un espace aux limites fluides, aux pratiques métissées, aux marges de domaines voisins qui lui transfèrent des pratiques et des conceptions, et reçoivent de lui en échange”.

mediáticos, cujas fronteiras – profissionais e redacionais - tornam-se mais turvas (Utard, 2003). Nesse sentido, é cada vez mais difícil diferenciar o jornalista das outras habilitações dentro do campo da comunicação (comunicador, publicitário, relações públicas, etc), na medida em que os referentes utilizados – instituição, discurso ou rotina produtiva – se confundem cada vez mais.

Nesse contexto, buscamos alargar a definição do que seria o jornalista para além da aceitação de um estatuto profissional fluido. Nosso objetivo, portanto, é encontrar um elemento identitário que delimite – ainda que de forma tênue – as fronteiras de atuação do jornalista na sociedade. Parte-se da hipótese de que os jornalistas podem ser classificados como uma categoria de intelectuais, responsáveis pelo desempenho de funções hegemônicas dentro das instituições midiáticas. Ou seja, o jornalismo não se determina apenas legalmente ou pelas suas práticas textuais e profissionais (embora elas estejam no cerne de sua categorização), mas pela função social que ele desempenha.

Essa proposta faz parte de uma pesquisa em andamento. Por isso, ainda não é possível traçar um quadro mais completo dos jornalistas-intelectuais. Neste artigo nos ateremos apenas às condições histórico-estruturais que proporcionaram a emergência dessa nova categoria intelectual.

1 A sociedade e os intelectuais

Os intelectuais sempre existiram na sociedade. Mesmo que sob outros nomes (sábios, doutos, *philosophes*, *clercs*, *hommes de lettres*, literatos, etc), o poder ideológico sempre coexistiu ao lado do poder político e econômico (Bobbio, 1997). Por isso, quando

se fala na decadência ou no fim dos intelectuais, o que na verdade acontece é um processo de ascensão de determinadas categorias de sábios em detrimento a outras.

É este movimento que acreditamos incidir atualmente sobre os novos intelectuais, os jornalistas. Este processo será estudado aqui tendo como base o pensamento gramsciano (1979, 1980, 1995). Para Gramsci, os intelectuais não se constituem pela concepção de um ‘saber superior’, mas pelas funções que esta categoria assume nas relações sociais. Por isso, a emergência de novos intelectuais está ligada a mudanças estruturais dentro das sociedades. São eles que condicionam o aparecimento de novas superestruturas, cujos porta-vozes são os intelectuais “orgânicos”:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’, significa também, e, sobretudo, difundir criticamente as verdades descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer; transforma-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral (Gramsci, 1995: 13).

Os intelectuais, portanto, estão intimamente ligados aos grupos sociais e às instituições políticas³, garantindo-lhes homogeneidade e consciência da própria função. Em outras palavras, os intelectuais são responsáveis por dar unicidade às vontades heterogêneas de grupos na realização de um ato histórico, adequando a luta à função prática. Imbuídos de teoria e prática (filosofia

³ Política aqui entendida dentro de uma acepção ampla da totalidade das relações subjetivas e objetivas da sociedade. Ou seja, para Gramsci, todas as esferas do ser social são atravessadas pela política.

e política), os grupos passam a se movimentar como um conjunto orgânico e participam das disputas por hegemonia⁴ dentro da sociedade.

Ao lado dos intelectuais “orgânicos” coexistem categorias remanescentes de um outro momento histórico. Estas categorias estariam ligadas a grupos sociais sem expressão hegemônica, e que não foram extintas mesmo com radicais transformações políticas e sociais. Os intelectuais “tradicionais”, nas palavras de Gramsci, encontram-se agora autônomos e independentes, cristalizados na estrutura social, às vezes desempenhando funções subalternas de hegemonia para outros grupos⁵.

Na medida em que se alteram as condições históricas, alguns grupos ou instituições sociais tornam-se hegemônicas. Na terminologia de Gramsci, passam de classe corporativa a classe dirigente na medida em que são capazes de responder melhor aos desafios histórico-sociais de cada época. Tornam-se “príncipes”, tipificações ideais capazes, dentro da concepção maquiavélica, de articularem suas qualidades próprias (*virtu*) às condições sócio-políticas (fortuna) em que atuam.

Este foi o caso da Igreja Católica, instituição que desempenhou a hegemonia política na sociedade italiana até o início do século XIX. Como instituição dominante, a Igreja confundia-se com o próprio organismo social da época, a sociedade cristã.

⁴ Hegemonia entendida como “uma ação que, voltada para a realização de um resultado objetivo no plano social e pressupõe a construção de um universo inter-subjetivo de crenças e valores” (Coutinho, 1989: 67)

⁵ Gramsci cita o exemplo dos intelectuais eclesiais ligados à estrutura fundiária na Itália.

Mas com a emergência do Estado, a sociedade eclesiástica perde sua primazia e passa também a disputar hegemonia dentro da sociedade. “Poder-se-ia dizer que, num determinado sentido, o conflito entre ‘Estado e Igreja’ simboliza o conflito entre qualquer sistema de idéias cristalizadas, que representam uma fase ultrapassada da história, e as necessidades de práticas atuais” (Gramsci, 1980: 315).

Para o pensador italiano, portanto, na medida em que se alteram as condições históricas, mudam também a forma como o arquétipo do príncipe é concebido. No vácuo hegemônico deixado pela Igreja no início do século XX, Gramsci constrói sua teoria baseada no partido político (o “Moderno Príncipe”), homem coletivo que se forma de baixo para cima, capaz de equilibrar os interesses da sociedade civil, articulando-os com a sociedade política:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto. Só pode ser um organismo, um elemento complexo da sociedade no qual já se tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. (Gramsci, 1980: 06).

O Moderno Príncipe é, ao mesmo tempo, a expressão de um grupo social e um fenômeno histórico. Seu caráter orgânico implica uma reforma intelectual e moral na sociedade rumo ao desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular. O partido político de Gramsci é a expressão hegemônica de uma sociedade cujo ponto de referência deixou de ser a religião para se constituir em torno do modo de produção e do trabalho. Por isso, o Moderno Príncipe exige uma

casta de intelectuais que se orientam para a maximização do aparelho produtivo. Mas, na medida em que o conhecimento se configura como categoria central de produção no atual estágio do capitalismo (Castells, 1999; Ortega e Humanes, 2001), novos príncipes e novos intelectuais ganham destaque dentro da sociedade.

2 Do Moderno Príncipe ao Príncipe Eletrônico

O sociólogo Octavio Ianni (1998) analisa alguns indícios que apontam para o “envelhecimento” dos antigos príncipes nas atuais condições históricas. Seriam eles: 1) o processo de formação de uma sociedade civil mundial; 2) o surgimento de novas tecnologias que agilizam os processos sócio-culturais e políticos-sociais em todo o mundo; 3) e emergência de uma nova configuração histórico-social da vida, trabalho e cultura.

Este é o novo cenário que possibilita o aparecimento da mídia como o “príncipe eletrônico” (Ianni, 1998: 04), uma nova figuração capaz de articular teoria e prática política na era da globalização. “Já não se trata apenas do ‘quarto poder’, do qual se começou a falar no século XIX. Trata-se de um desenvolvimento novo, intenso e generalizado, abrangente e predominante da mídia no âmbito de tudo o que se refere à Política”.

Para o sociólogo, o “príncipe eletrônico”, subordina, recria e absorve ou simplesmente ultrapassa os outros príncipes. Como entidade hegemônica, expressa formas e visões alternativas do que acontece no mundo. “Assim se enriquece o príncipe eletrônico, tornando-se mais sensível ao que vai pelo

mundo, desde as perspectivas das classes e mundos sociais e grupos subalternos quanto de permeio à perspectiva de classes e grupos sociais dominantes” (Ianni, 1998: 10). Nesse sentido, a mídia marginaliza ou instrumentaliza as instituições políticas tradicionais, sintetizando o processo catártico de indivíduos e coletividade, grupos e classes sociais:

Ao lado das suas atividades pluralistas e democráticas, favorecendo o debate, a controvérsia e a mudança social em geral, é inegável que a mídia influencia mais ou menos decisivamente a integração, isto é, a articulação sistêmica de uns e outros, contingentes e idéias, em escala local, nacional, regional e mundial” (Ianni, 1998: 22)

Como instituição central na sociedade globalizada, a mídia ocupa seu espaço político e cultural, articulando-se com as massas, ao mesmo tempo em que define uma visão de mundo hegemônica. Sua centralidade, contudo, é ancorada também na ação dos intelectuais orgânicos que lhes garante unicidade e produzem um discurso midiático universalizante, calcado no ideal de interesse público. Papel relevante neste processo, portanto, é atribuído aos jornalistas.

3 O jornalista como o intelectual midiático

Utilizando perspectivas teóricas distintas, vários pesquisadores já haviam apontado para a emergência dos intelectuais-jornalistas. Para Ortega e Humanes (2001), os jornalistas teriam preenchido o vácuo

intelectual deixado pela igreja e pelos partidos políticos. Ela seria responsável agora por estabelecer um horizonte de referências culturais e modificar a estrutura da pauta cotidiana por meio da construção de uma realidade que vai além da representação. A função do jornalista seria, portanto, a de sistematizar a produção e distribuição da cultura a partir de princípios de conduta incontornáveis – as rotinas produtivas – que funcionariam à maneira dos paradigmas científicos.

Os autores espanhóis baseiam sua análise não só na importância adquirida pelas corporações midiáticas na sociedade contemporânea, mas no crescente prestígio que os jornalistas desfrutam junto ao público, na medida em que vários deles figuram entre as constelações de famosos e possuem grande autonomia na produção do noticiário.

Outro estudo interessante foi feito por Beatriz Sarlo (1997) numa perspectiva ligada aos estudos culturais. Para ela, os intelectuais no sentido ‘clássico’, detentores de um monopólio discursivo calcado na diferença de saberes, estariam, agora, imersos numa rede, onde se sobressairiam técnicos e intelectuais ligados à comunicação de massa. Dois fatores teriam contribuído para a diluição dos saberes intelectuais numa espécie de “pluralismo midiático”:

1º) A ascensão dos saberes técnicos em detrimento dos saberes filosóficos-morais;

2º) O fim das utopias políticas.

Dentro desse novo contexto, Sarlo acredita que só a mídia seria capaz de estabelecer uma relação comunitária de proximidade com o público. “Ninguém mais próximo que eles de um senso comum coletivo que interpretam e, ao mesmo tempo, constroem, a cujas exigências atendem e a cujas inquieta-

ções interpretam sem deixar de doutriná-los” (Sarlo, 1997: 168).

Essa proximidade se refletiria no discurso dos jornalistas. O lingüista britânico Norman Fairclough (2001: 144) aponta para a tendência do estilo jornalístico de traduzir o discurso oficial das fontes para a linguagem oral/popular, como forma de estabelecer uma relação simétrica entre produtor e leitor. “Pode-se considerar que a mídia de notícias efetua o trabalho ideológico de transmitir as vozes do poder em uma forma disfarçada e oculta”.

Ao considerarmos os jornalistas como intelectuais, portanto, temos em vista sua capacidade de difundir, em nome do “príncipe eletrônico”, uma concepção integral de mundo. E isso coloca o jornalista numa posição extremamente privilegiada na sociedade. Nesse sentido, o fato do governo, dos movimentos sociais e do partidos políticos criarem também suas próprias mídias, difusoras de notícias e informações institucionais, é bastante compreensível. Da mesma forma que a Igreja Católica buscou se partidizar no final do século XIX como única forma de retornar às disputas hegemônicas dentro da sociedade italiana, outros grupos sociais reconhecem agora o papel preponderante do “príncipe eletrônico” como instrumento de exercício de hegemonia política. Na verdade, todos querem produzir notícias, todos querem ser jornalistas. Isso explica ainda o avanço de outras profissões ligadas à comunicação sobre as fronteiras que delimitam o jornalismo.

Por fim, no cerne da idéia dos intelectuais midiáticos existe uma superação dialética das noções conflitantes do jornalista como herói e do jornalista como operário de uma empresa capitalista:

Apesar de desenvolver seu trabalho dentro de empresas, cada vez mais tipicamente representativas do capitalismo tardio, os jornalistas se movem numa direção que nem sempre é a mesma de suas empresas (...). Mesmo empregados em um circuito produtivo tipicamente capitalista, e apesar de que nele se introduziu a organização racional em múltiplos aspectos, os jornalistas, apesar disso, continuam percebendo sua atividade como um serviço público destinado a fins extraeconômicos (Ortega e Humanes, 2001: 59-60)⁶.

Não há sentido em entender o processo de mercantilização da imprensa como o fim de uma ‘idade de ouro’ do jornalismo, agora submetido às leis do mercado. Na verdade, não existe, dentro da linha de pensamento de Gramsci, contradição entre a produção de um trabalho mecânico e o desempenho de uma função intelectual na sociedade. Um metalúrgico sindicalista, por exemplo, pode muito bem ser um trabalhador braçal e, ao mesmo tempo, pertencer a uma categoria de intelectuais. “O intelectual é um ‘profissional’ (skilled) que conhece o funcionamento de ‘máquinas’ próprias especializadas: tem o seu tirocínio e o seu sistema taylor próprios” (Gramsci, 1979: 179).

⁶ Livre tradução de: “A pesar de desarrollar su trabajo dentro de empresas, cada vez más tipicamente representativas del capitalismo tardío, los periodistas se mueven en una dirección que no es del todo la misma de sus empresas (...). Aunque entregados en un circuito productivo tipicamente capitalista, y a pesar de que en él se há introducido la organización racional en múltiples aspectos, los periodistas, sin embargo, continúen percibiendo su actividad como un servicio público destinado a fines extraeconómicos” (59-60).

4 Conclusão: novas perguntas, novas formas de entender o jornalista e seu trabalho

Ao classificar os jornalistas como intelectuais orgânicos, que desempenham funções hegemônicas na sociedade por meio das instituições midiáticas, este trabalho, longe de trazer uma resposta acabada para as imprecisões e dilemas da profissão, abre novas perspectivas para o estudo sobre os jornalistas e seu papel na sociedade.

Dentro de uma abordagem da dialética histórico-estrutural é possível aprofundar o estudo das relações entre as condições objetivas para a emergência desses novos intelectuais e o papel social dos jornalistas como atores imersos no processo histórico. Afinal, quem seriam esses jornalistas-intelectuais? Eles teriam auto-consciência de seu papel na sociedade? Como eles relacionam suas práticas à função de intelectuais? Uma pesquisa detalhada com estes atores, em consonância com a perspectiva adotada neste trabalho, torna-se fundamental.

Por fim, os estudos feitos por Norman Fairclough dentro da análise do discurso crítica podem nos ajudar a compreender como os jornalistas articulam a linguagem de modo a refletir a hegemonia midiática nas relações sociais. É preciso compreender ainda a forma como os meios de comunicação participam das disputas hegemônicas na sociedade, no sentido de se tornarem também uma instituição de caráter político, um verdadeiro “príncipe eletrônico”.

5 Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo, Unesp, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede – A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. 1. Paz e Terra, São Paulo, 1999

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília, UnB, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 10ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, Octavio. *O príncipe eletrônico*. Mimeo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1998.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação & Jornalismo - A Saga dos Cães Perdidos*. São Paulo, Hacker Editores, 2000.

ORTEGA, Felix e HUMANES, Maria Luisa. *Algo más que periodistas – sociología de una profesión*. Barcelona (Espanha): Editora Ariel, 2000.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta – condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

RUELLAN, Denis. *Le Professionnalisme du Flou – Identité et savoir-faire des journalistes français*. Grenoble (França), Press Universitaires de Grenoble, 1993.

RUELLAN, Denis. *Les pro du journalisme – De l'état au statut, la construction d'un espace professionnel*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1997.

SARLO, Beatriz. 'A voz universal que toma Partido?' *in Paisagens imaginárias*. São Paulo, Edusp, 1997, pp.159-168.

UTARD, Jean Michel. O embaralhamento nos gêneros midiáticos. Gêneros de discurso como conceito interdisciplinar para o estudo das transformações da informação midiática'. *Comunicação e Espaço Público*, Ano VI, Brasília, 2003.